



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **N.º 535, DE 2025**

**(Do Sr. Marcos Pollon)**

Susta os efeitos do Decreto nº 12.001, de 18 de abril de 2024, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Cacique Fontoura, localizada nos Municípios de Luciara e São Félix do Araguaia, Estado do Mato Grosso.

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES

DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54,  
RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2025

(DO SR. MARCOS POLLON)

Susta os efeitos do Decreto nº 12.001, de 18 de abril de 2024, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Cacique Fontoura, localizada nos Municípios de Luciara e São Félix do Araguaia, Estado do Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam sustados os efeitos do Decreto nº 12.001, de 18 de abril de 2024, publicado no Diário Oficial da União em 18 de abril de 2024, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Cacique Fontoura, localizada nos Municípios de Luciara e São Félix do Araguaia, Estado do Mato Grosso.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação

### JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Decreto Legislativo visa sustar os efeitos do Decreto nº 12.001, de 18 de abril de 2024, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Cacique Fontoura, localizada nos Municípios de Luciara e São Félix do Araguaia, Estado do Mato Grosso. A referida demarcação, promovida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), destina-se à posse permanente do grupo indígena Karajá, abrangendo uma área de 32.304,72 hectares.





# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon**

A justificativa para a sustação deste decreto baseia-se em diversos aspectos que merecem análise e consideração. Primeiramente, é fundamental destacar que a demarcação de terras indígenas é um processo complexo que envolve múltiplos interesses e deve ser conduzido com rigor técnico e respeito aos direitos de todas as partes envolvidas. A decisão de homologação, ao ser tomada sem a devida consideração de todos os aspectos legais, sociais e econômicos, pode gerar insegurança jurídica e conflitos que poderiam ser evitados com uma abordagem mais equilibrada e dialogada.

Além disso, é imprescindível que a demarcação de terras indígenas observe os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório. A ausência de um processo transparente e participativo pode comprometer a legitimidade do ato e prejudicar as relações entre os povos indígenas e as comunidades não indígenas.

Portanto, este Projeto de Decreto Legislativo propõe a sustação do Decreto nº 12.001/2024, a fim de permitir uma reavaliação criteriosa do processo de demarcação da Terra Indígena Cacique Fontoura, garantindo que todas as partes envolvidas tenham a oportunidade de se manifestar e que a decisão final seja tomada com base em informações completas e atualizadas, em conformidade com os princípios constitucionais e legais que regem o Estado Democrático de Direito.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_ de agosto de 2025.

**Marcos Pollon**

**Deputado Federal (PL/MS)**





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>DECRETO Nº 12.001, DE 18 DE ABRIL DE 2024</b>	<a href="https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2024/decreto12001-18-abril-2024-795524-norma-pe.html">https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2024/decreto12001-18-abril-2024-795524-norma-pe.html</a>
--	---

**FIM DO DOCUMENTO**